

ECONOMIA

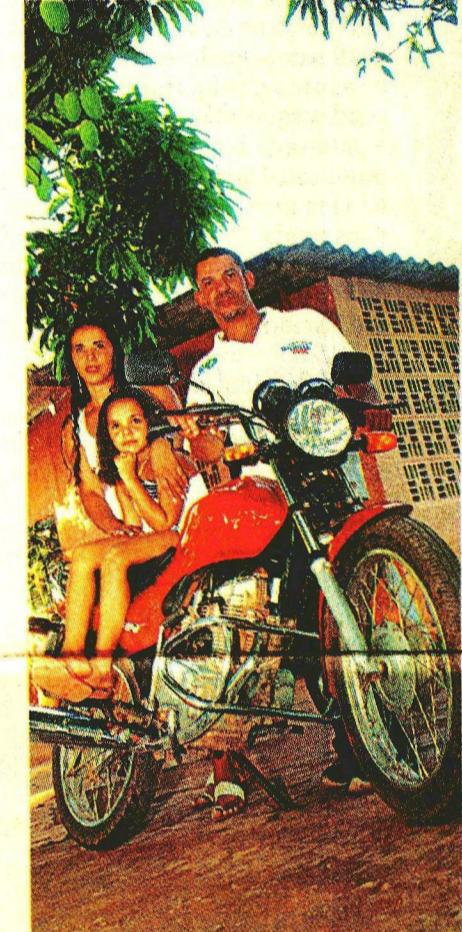
Quando o Brasil CRESCE...

Economia Brasil

MUDANÇA PUXADA PELA RENDA

EMPREGO, CRÉDITO, SALÁRIOS E ATÉ O BOLSA FAMÍLIA AJUDARAM A RESTABELECER O MERCADO, MAS ALGUNS INSTRUMENTOS ESTÃO NO LIMITE

Gustavo Moreno/Especial para o CB



A FAMÍLIA DE ROBÉRIO JÁ PASSOU FOME, MAS AGORA COMPROU ATÉ MOTO

VICENTE NUNES E
EDNA SIMÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

A incorporação de milhões de novos consumidores puxou a demanda, o que incentivou as empresas a contratarem mais trabalhadores para aumentarem a produção. O impacto no mercado de trabalho foi gigantesco. Não é à toa, assimala o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal, que estão se criando tantos empregos formais no país. Serão mais de 2 milhões em 2007, um recorde. "É impressionante como o mercado de trabalho está reagindo favoravelmente ao crescimento econômico", afirma Nuno Câmara, economista do Dresdner Bank. Entre 1995 e 2002, foram abertas 33 mil vagas por ano com carteira assinada. Em 2003, foram 667 mil empregos. De 2004 a 2007, a média anual de vagas saltou para 1,298 milhão. "É essa uma das razões para o consumo das famílias se expandir há 16 trimestres consecutivos", destaca Cristiano Souza, economista do Banco Real ABN Amro.

O casal Robério Silva, 31, e Telma Fernandes, 29, só comprova o que os economistas atestam por meio dos números. Há um ano e meio, os dois estavam desempregados no interior da Bahia. "Mal conseguíamos sustentar nossas duas filhas, Roberta, 11, e Rafaela, 6", conta Telma. Diante de tanto aperto, o casal resolveu se mudar para Brasília. De início, cortaram um dobrado. Mas hoje os dois fazem questão de mostrar as carteiras assinadas, ambos como caseiros de uma chácara. A renda da família é de R\$ 1,1 mil. Metade, comprometida com o pagamento de prestações de uma estante, um jogo de sofá e uma mesa de cozinha que Telma comprou em seu nome, e com as mensalidades de uma moto que Robério cuida como se fosse o terceiro filho.

"O crédito é outra das alavancas que têm sustentado a atual mobilidade social. É um complemento de renda importantíssimo", afirma o pesquisador Fernando Gaiger Silveira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De 2003 para cá, os financiamentos a pessoas físicas praticamente triplicaram, passando de R\$ 300 bilhões, sem contar os empréstimos para a compra da casa própria. A essa alavanca deve se somar, ainda, a forte recuperação do salário mínimo, que está em US\$ 200 (R\$ 380) por mês e faz a alegria dos comerciantes das regiões mais pobres, sustentadas pelos benefícios pagos pela Previdência Social a quase 20 milhões de aposentados.

"É por isso que o PIB da Paraíba está avançando a 9% ao ano", completa o presidente das indústrias do estado, Francisco Gadelha. Ele diz mais: "Além do forte aumento do salário mínimo, os estados mais pobres se beneficiaram muito do Bolsa Família, o programa assistencial do governo. Somente no meu estado, o programa agregou 3% do PIB".

Na avaliação de Fernando Gaiger, do Ipea, quando se olha isoladamente para o Bolsa Família dentro da renda total do país, o programa parece insignificante, pois representa apenas 1% dos recursos. Mas, para a secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social, Arlete Sampaio, a concessão de 11 milhões de benefícios tem sido fundamental para sustentar o crescimento, hoje dependente da demanda interna. "O Bolsa Família tem sido preponderante para a redução das desigualdades sociais. Para comprovar isso, basta ver o resultado da Pesquisa Nacional de Domicílio (Pnad) de 2006. O programa, que paga entre R\$ 60 e R\$ 120 por mês por pessoa, atinge aqueles que estavam em situação de extrema pobreza, segregados do consumo", ressalta.

Para Gaiger, tanto o salário mínimo quanto o Bolsa Família já cumpriram a missão de estimular a mobilidade social e de ampliar o mercado de consumo. "Os dois instrumentos foram determinantes para a redução do índice Gini, que mede as desigualdades e está no seu menor nível: 0,541 — quanto mais distante de um, melhor", admite. A partir de agora, porém, o que ampliará o poder de compra da população e incrementará a classe média brasileira será o crescimento econômico e a maior qualificação da mão-de-obra. "Não podemos deixar que voltemos ao passado, quando os ricos, que tinham melhor educação, ficavam com as melhores vagas no mercado de trabalho, agravando as desigualdades sociais", frisa.

ALAVANCAS SOCIAIS

O controle da inflação, a queda dos juros, os programas sociais e a formalização do mercado de trabalho tiraram muitos brasileiros da miséria. Pelo menos 20 milhões de pessoas foram para a classe média desde 2003

Rendimento médio dos trabalhadores (Em mil R\$)

O salário médio completou quatro anos consecutivos de alta. Ainda que a elevação não tenha sido expressiva, deu novo fôlego ao consumo das famílias

2001	878	960,9
2002	857	1.494,2
2003	792	861,0
2004	792	1.862,6
2005	828	1.831,0
2006	888	1.916,6
2007 (*)	950	2.100,0

Massa salarial (Evolução em %)

É o resultado dos rendimentos e do número de empregos formais da economia. A expectativa dos economistas é de que a massa continue se expandindo, fortalecendo o consumo

-1,9	2001	11,7
2002	3,8	12,3
2003	7,6	11,5
2004	8,1	9,8
2005	11,9	9,9
2006	9,0	9,5
2007 (*)	5,0	8,9

(*) Estimativas

Crédito à pessoa física (Em R\$ bilhões)

Os consumidores brasileiros nunca tiveram tanto acesso ao crédito, um forte complemento de renda. A oferta maior de recursos está associada a prazos mais longos dos credores

Dez/04	138,5	1999	0,567
Dez/05	190,7	2001	0,566
Dez/06	237,9	2002	0,563
Jul/07	282,6	2003	0,554
Ago/07	290,4	2004	0,547
Set/07	295,7	2005	0,544
Out/07	304,9	2006	0,541

Índice Gini ()**

Os programas sociais, a formalização do trabalho e o acesso ao crédito estão reduzindo as desigualdades sociais. Quanto mais distante o índice for de um, menor é a concentração de renda

(**) Não houve dados em 2000

Fonte: Banco Central, IBGE, Ipea e Ministério do Trabalho

